

A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire

Jorge Kanehide Ijuim

RESUMO

Neste trabalho, de caráter ensaístico, pretendo discutir alguns aspectos sobre a responsabilidade social do jornalista a partir de algumas ideias de Paulo Freire. Tal preocupação vem de meu entendimento de que o jornalismo não é um simples conjunto de técnicas, nem tampouco aceito ao jornalista o papel de mero produtor de notícias. Para tanto, tomarei como ponto de partida um de seus textos clássicos, intitulado *O compromisso do profissional com a sociedade* e, através do seu pensamento, refletir sobre determinados dilemas do profissional – e da profissão –, além de dialogar com outros pensadores contemporâneos que possam contribuir para a compreensão do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentos do jornalismo. Ética jornalística. Responsabilidade social. Paulo Freire.

1 Óbvio, mas nem tanto

A questão da responsabilidade social parece ser algo consagrado no meio jornalístico. A expressão, que carrega força e impacto, é comumente usada como bordão de campanhas institucionais e/ou mercadológicas de empresas de comunicação. Tal consagração talvez advenha do papel histórico da imprensa de ser tribuna para debates e instrumento de movimentos decisivos que culminaram em conquistas expressivas para a sociedade. O respeito a este papel histórico faz com que tenha destaque em documentos fundamentais dos profissionais de imprensa, como nos *Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo*. O texto obtido em debates promovidos pela Unesco, na década de 1980, foi subscrito por várias organizações internacionais de jornalistas, inclusive a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Seu Princípio III assinala:

Informação em jornalismo é compreendida como bem social e não como uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade em relação à informação transmitida e isso vale não só para aqueles que estão controlando a mídia, mas em última instância para o grande público, incluindo vários interesses sociais. *A responsabilidade social do jornalista* requer que ele ou ela agirão debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal. (ASSOCIAÇÃO...)¹

■
¹ Documento eletrônico.

O *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, reexaminado nos últimos anos e aprovado em assembléia da Federação Nacional dos Jornalistas, em agosto de 2007, também atribui especial atenção ao tema. O Artigo 2º explicita:

Art. 2º - Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: [...] III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão. (CÓDIGO..., 2007)²

■
² Documento eletrônico.

Ambos os documentos caracterizam o jornalismo como atividade social e, de forma explícita ou implícita, estabelecem uma relação entre esta responsabilidade social e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A bibliografia no campo do Jornalismo, seja em abordagens sobre as teorias e as técnicas ou focadas na ética profissional, reflete a preocupação constante com o assunto. Luiz Amaral, em *Técnica de jornal e periódico*, em 1969 – justamente o ano em que a profissão fora regulamentada no País –, já dedicava um capítulo ao papel e à responsabilidade da imprensa. Ali já ressaltava as múltiplas possibilidades de interpretação de preceitos que regem a instituição imprensa e, por consequência, seus profissionais.

O alerta de Amaral era pertinente. Qual pode ser o **espírito** deste preceito da responsabilidade social? Carrega a inspiração modernista que imaginava a imprensa capaz de levar as luzes a todos os recantos e, por isso, a função social da elevação cultural?

Ou traz consigo a concepção gramsciana do intelectual orgânico responsável pela informação e pela formação da população? Ou é expressão do capitalismo norte-americano pelo qual a sociedade delega à imprensa o poder de fiscalizar as instituições em seu nome? (AMARAL, 1969).

O pesquisador Fábio Henrique Pereira frisa que muitas dessas interpretações referem-se a concepções românticas do jornalismo. Para o autor, é notório o processo de transformação pelo qual a atividade passou, desde sua fase artesanal e instrumento de lutas ao jornalismo industrial e de mercado. Alicerçado em pensadores como Medina, Néveu, Lipimann e Schudson, o pesquisador promove uma discussão sobre o jornalismo enquanto ação social e o jornalista como um intelectual, na qual constata que “a evolução da identidade do jornalista se forma a partir de um duplo discurso – a fala humanista e a fala tecnológico-metodológica” (PEREIRA, 2004a). Em outro trabalho, Pereira especifica as razões dessa situação virtualmente conflitante:

O jornalista é, ao mesmo tempo, funcionário de uma empresa capitalista, responsável pela produção de uma mercadoria (a notícia) submetida às leis de mercado; e uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público. (PEREIRA, 2004b)³

■
³ Documento eletrônico.

Sem a pretensão de esgotar o tema e, portanto, sem a preocupação de ser conclusivo, Pereira aponta em seus estudos um momento de transição por que passa a instituição imprensa – e seus profissionais. Tal reflexão permite-nos inferir que, nessa transição, certos preceitos que nos regem – inclusive o da responsabilidade social – caminham sobre um fio tênue, além de ofuscados pelo brilho e pela pressa das tecnologias de informação.

Esse estado de indefinição talvez advenha de um sentido macro. Ciro Marcondes Filho, ao analisar a chamada **sociedade tecnológica**, aponta uma série de fragilidades proporcionadas por esse “período tecnocêntrico”. Enquanto o mundo teocêntrico tinha Deus como figura dominante, a fase antropocêntrica elegeu para tanto o homem e o mundo material, ao passo que a recente era tecnológica tem a racionalidade da máquina como imagem e referência. Com relação ao saber, Marcondes destaca que, no modelo anterior, as luzes da razão controlavam a ciência e o progresso, ao passo que atualmente a luz é fracionada, especialmente via MCM. Ao passo que o antropocentrismo buscava uma utopia terrena, movida por uma força vinculante – ideológica –, e sua meta era a construção da história, o pensamento predominante entre os tecnocentristas leva a uma busca virtual, sem qualquer força vinculante e, por isso mesmo, sem meta nitidamente definida. A imprensa e seus profissionais, como membros desse mesmo conjunto social, convivem, atuam e servem a esta sociedade virtualizada, indefinida e ideologicamente pulverizada (MARCONDES FILHO, 1994).

Portanto, aquilo que está consagrado, e possa parecer mesmo óbvio, a rigor não é tão óbvio. E merece reflexão contínua. É o que pretendo neste trabalho: contribuir com a necessária reflexão sobre o que “parece óbvio”, a partir do pensamento de Paulo Freire.

2 Responsabilidade social = compromisso

Paulo Freire costumava construir seus ensaios de forma provocativa. Perguntas e mais perguntas, que respondia de forma densa no decorrer do texto. Sobre a responsabilidade social, em seu período de exílio [de 15 anos], escreveu *O Compromisso do profissional com a sociedade*, publicado em português pela primeira vez em 1979. Tornou-se um clássico e uma referência indispensável ao campo da educação, mas também iluminador para outras áreas do conhecimento, como pretendo demonstrar.

2.1 Quem pode se comprometer?

A primeira preocupação do autor é esclarecer a relevância e a seriedade dos termos que compõem o enunciado contido no título de seu trabalho. Julga necessário explicitar que o compromisso proposto não pode ser encarado como uma abstração, mas algo assumido por uma decisão lúcida, no plano concreto. O ato comprometido pode ser assumido quando compreendemos a natureza do ser que é capaz de se comprometer. Dessa forma, “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de **agir** e **refletir**.” (FREIRE, 1983, p. 16).

A capacidade de agir e refletir, um dos pontos primordiais da dialética marxista, implica na consciência do ser de não apenas estar **no** mundo, mas estar **com** o mundo. “É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele.” (FREIRE, 1983, p. 16). Esta aptidão para estar no e com o mundo suscita a possibilidade de, pela reflexão, ter consciência de si e, por um olhar crítico diante do mundo, ter consciência da realidade concreta. O olhar crítico diante do mundo, porém, não admite uma postura de admiração, ou contemplação. Ao contrário, supõe a ação para a transformação.

2.2 Que transformação?

A transformação proposta por Freire é justamente uma das máximas marxistas [**devir**] que sugere a **transformação daquilo que é naquilo que deve ser**. O ser da práxis é aquele capaz de transformar. Em outros termos, é aquele que pode exercer um ato comprometido, como sustenta o autor:

É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis. (FREIRE, 1983, p. 17)

Por isso, ação e reflexão são constituintes inseparáveis e a própria maneira humana de existir. E existir é algo mais profundo do que, descuidadamente, possamos imaginar, como enfatiza Paulo Freire:

Existir ultrapassa viver, porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles. (FREIRE, 1982, p. 48-49)

Dessa forma, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Ao profissional de jornalismo, que não vê em seu trabalho apenas a mera execução de técnicas, cabe desenvolver-se nessas habilidades de agir e refletir. Agir e refletir sobre a realidade concreta, sobre o mundo, pois, conforme Cremilda Medina, pelo papel social que está investido, “[...] sua função é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias.” (MEDINA, 1982, p. 22).

No exercício desse papel social, ao sair para a sociedade “[...] para rastrear o maior número possível de versões, na busca incessante de uma verdade inatingível, na solidariedade aberta a todos que tenham alguma coisa a falar” (MEDINA, 1982, p. 23), o jornalista constrói a realidade. E constrói a realidade, conforme ensinam as teorias construcionistas, no sentido de “[...] não permitir que os acontecimentos permaneçam no limbo do aleatório, mas sejam trazidos aos horizontes do significativo” (HALL *apud* TRAQUINA, 2005, p. 171). Se é assim, o jornalista não executa simples técnicas de investigação e redação, mas desenvolve apurada e cuidadosa habilidade de ver o mundo [**sentir-se com o mundo**]. Da mesma forma, ao concluir sua reportagem, o profissional não apresenta apenas um relato sobre fatos, pois o que viu, ouviu, sentiu e viveu foi processado pela sua inteligência e pelos seus sentimentos – um processo de atribuição de significados. Ele apresenta uma narrativa viva, uma construção da realidade, mediada pelo social.

Qualquer jornalista atua desta forma? Paulo Freire alerta que a relação homem-realidade, ou homem-mundo, implica a transformação de mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. “Os homens que a criam são os mesmos que podem prosseguir transformando-a.” (FREIRE, 1983, p. 18). Em outros termos, firmar o compromisso com o mundo tanto requer como é decorrência de um processo humanizador – humanização dos outros homens, como de si mesmo.

Sobre esse processo, Dermeval Saviani apresenta uma opinião relevante. Para ele, a humanização acontece pela relação do homem

com a cultura – que ele contribui com sua construção, assim como a cultura contribui com a sua construção. Esta relação se dá de forma vertical – domínio dos objetos e do conhecimento historicamente acumulados [prático-utilitário]; e no nível horizontal – na relação homem/homem [colaboração] (SAVIANI, 1993, p. 53-55). Em outros termos, humanização para Saviani abriga o mesmo sentido de solidariedade também invocado por Freire.

Por isso mesmo, o compromisso com a humanização dos homens, que implica uma responsabilidade histórica, segundo o autor, não pode realizar-se através do palavrório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, pois:

O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensoçados (FREIRE, 1983, p. 19)

Tal engajamento, que é um ato corajoso, decidido e consciente, o impede que seja neutro. “A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso... o verdadeiro compromisso é a solidariedade” (FREIRE, 1983, p. 19). Esse compromisso, esse engajamento, no entanto, não pode ser confundido com militância. Um ser-jornalista engajado não é necessariamente um jornalista militante de causas, ideologias ou segmentos políticos. Nesse caso, como lembra Alberto Dines, seria o mal-entendido de adotar a postura de “*partisan* ou torcedor” (DINES, 1986, p. 62). O engajamento a que nos referimos pode ser o que Cremilda Medina chama “solidariedade às dores universais”.

Esta solidariedade – cumplicidade ao outro –, no entanto, por vezes é mal compreendida por profissionais, por falta de sensibilidade ou por permitir que sua larga experiência tenha se transformado em arrogância. Vejamos o episódio a seguir relatado.

Florianópolis, fevereiro de 2009 - O telejornal anuncia mais um caso de mulher que abandona o filho. A reportagem relata como um vigia de uma empresa encontrou o bebê recém-nascido num galpão abandonado, os procedimentos da polícia para acolhimento da criança e as tentativas para a localização da mãe. Enfim, uma matéria não conclusiva, como não poderia ser diferente. Em seguida, entra o comentarista, ao vivo, e relembra os vários casos semelhantes recentes. Sem ter ideia de quem seja a mulher que abandonara o bebê, muito menos suas motivações, sem ter qualquer informação concreta das investigações, o comentarista julga e condena a “mãe desnaturada”.

Não raro podemos encontrar pelo país exemplos como este, em que a postura de ‘observador privilegiado’ é confundida com a de ‘déspota’, que se considera no direito de acusar e julgar. Sob a justificativa de ter opinião – e ser encarregado de formar opinião

–, o comentarista parece ter confundido solidariedade com moralismo. Neste episódio, em detrimento de seu papel de mediador social – que poderia ser o de provocar uma reflexão –, assumiu uma posição de promotor e de juiz.

2.3 Humanização, solidariedade com quem?

Cabe também questionar a quem a imprensa e seus profissionais devem solidariedade. Como ler/compreender a pauta? Como transformar a pauta numa narrativa que crie identificação com a audiência? Destacamos outro episódio ilustrando esse caso.

O IBGE divulga periodicamente os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O relatório, disponibilizado em setembro de 2008, apresentou a evolução do país em aspectos como população ativa, trabalho com carteira assinada, trabalho infantil, acesso à educação formal, entre outros. Dois grupos de comunicação de grande abrangência cobriram o tema de formas bem distintas.

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou, no dia seguinte à divulgação, uma série de matérias sobre o assunto, destacando o que chamou de “*Retrato do Brasil*”. Vale ressaltar que as treze matérias se basearam fundamentalmente no relatório do IBGE; além disso, foram ouvidas as fontes oficiais, em especial o diretor que coordenou a pesquisa, os Ministros do Trabalho e da Previdência.

O segundo jornal analisado, *O Estado de São Paulo*, também no dia seguinte, publicou um caderno de seis páginas, intitulado *PNAD Especial*. As pautas, aparentemente semelhantes, foram desenvolvidas de forma diversa. Além do relatório do IBGE e das fontes oficiais, *O Estadão* preocupou-se em ouvir os beneficiados com as carteiras assinadas, as pessoas que tiveram maior acesso aos bens de consumo, os novos alfabetizados, os trabalhadores infantis.

As diferenças na construção das reportagens podem parecer sutilezas, mas não são. O primeiro jornal foi competente para analisar o “retrato do Brasil” num ponto de vista macro: o que cresceu, como, por quê. O segundo, além disso, lembrou que tais números são constituídos por pessoas que têm nome, endereço, identidade.

As diferenças na construção das reportagens podem parecer sutilezas, mas não são. O primeiro jornal foi competente para analisar o “retrato do Brasil” num ponto de vista macro: o que cresceu, como, por quê. O segundo, além disso, lembrou que tais números são constituídos por pessoas que têm nome, endereço, identidade.

Solidariedade, portanto, também se refere à possibilidade que um fazer – jornalístico – de criar identidade entre o que se propõe a divulgar e a criação de identidade com a audiência. Por isso, cabe a questão: solidariedade com quem? Num sentido macro [no atacado], como o da *Folha*, com um público que quer, sim, estar informado; provavelmente uma elite que precisa desses números

para tomar decisões. E no caso de *O Estado*, teria sido num sentido mais amplo [no varejo], pelo qual mais pessoas puderam “se ver”, se identificar nas matérias. De certa forma, essa polifonia não teria conseguido produzir mais sentido à audiência? Por estas razões, me parece que a solidariedade também depende de estratégias e abordagens pelas quais cumprimos nossos anseios de transformação.

2.4 Transformar o quê? E quem?

A esse compromisso e transformação, cabe refletir ainda mais sobre o que transformar e a quem transformar. Paulo Freire considera indispensável reconhecer que um profissional, antes de ser profissional, é homem. Deve ser comprometido por si mesmo. Ou seja, independentemente do seu ofício ou de sua categoria profissional, de suas particularidades e/ou de seus códigos deontológicos, suas responsabilidades como profissional não são (ou não podem) dicotomizar-se de seu compromisso original de homem. Por isso, um jornalista é, antes de tudo, um homem (ser humano).

Como entende Manuel Carlos Chaparro, o Jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis. Se é assim, “[...] cada jornalista é responsável moral pelos seus fazeres” (CHAPARRO, 1994, p. 22). Bertrand Russell, em seus estudos sobre a ética e a moralidade, enfatiza que as escolhas do ser humano para suas aspirações de liberdade e bem-estar decorrem de um quadro de referência determinado pelas condições histórico-sociais. O certo ou o errado, o bem ou o mal são definidos por uma comunidade com a atribuição de valores, segundo uma ideologia, de conceitos de louvor ou censura, estabelecendo uma consciência que orienta as ações do indivíduo. Uma ação objetivamente certa, para Russell, é a que melhor serve aos interesses do grupo eticamente dominante – desejadas pelo grupo. O quadro de referência, portanto, pode ser ampliado e/ou reformulado de acordo com a vivência, do exercício do debate, da reflexão do indivíduo e do grupo. Esse exercício ético, ou seja, o debate e a reflexão contínua sobre o desejável para si e para os outros podem refletir na elevação do nível de consciência – a visão de mundo que orienta as ações dos indivíduos, seus propósitos e intenções (RUSSELL, 1977).

Essa postura reflexiva parece-me, portanto, um aspecto indispensável ao jornalista para a sua tarefa de atribuir significados aos fenômenos. Pelo exercício ético, com a elevação do seu nível de consciência poderá melhor pensar-expressar, compreender e levar a compreensão à audiência, como autor e responsável moral por seus fazeres e compromissos.

Com a ampliação contínua do seu quadro de referência – seu nível de consciência – seus fazeres poderão constituir, mais que “notícias”, os relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam com a inter-relação de pessoas com qua-

dros de referências diferentes. Esta postura colabora com a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de simplicidade e solidariedade entre seres humanos. Se este compromisso constituir um propósito e um dever e querer-fazer do jornalista, ele estará contribuindo para estender ao seu público o exercício ético do qual pratica/participa diuturnamente. Em outros termos, podemos ratificar a argumentação já proposta: o ser que, pela ação e reflexão, contribui com a transformação da sociedade, como a sociedade contribui com a sua transformação.

3 Riscos da especialização profissional

Exatamente neste momento em que tantos estão “encantados” com o brilho das tecnologias de comunicação, vale destacar que a responsabilidade deste compromisso não permite ao profissional, enquanto um especialista, cair na “vala comum” do especialismo. Como enfatiza Paulo Freire, isto seria julgar-se “[...] habitante de um mundo estranho, mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos ignorantes incapazes” (FREIRE, 1983, p. 20-21).

Para o autor, “profissional” é atributo de homem e, por isso, este não pode, quando exerce um **quefazer** atributivo, negar o sentido profundo do **quefazer** substantivo original. Ou seja, não cabe a inversão de valores de servir mais aos meios que ao fim do homem. Não cabe reduzir o homem a um simples objeto da técnica, a um autômato manipulável. Como contraponto, Paulo Freire sublinha:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos a ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens (FREIRE, 1983, p. 20).

Por outro lado, frisa a importância da superação do especialismo por uma denotação mais apropriada ao termo especialização. Se o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade –, isso implica em inserção, em conhecimento da realidade. Para tanto, um compromisso carregado de humanismo deve ser fundamentado cientificamente, ou seja, a este profissional é exigido constante aperfeiçoamento.

A maior e melhor qualificação supõe o domínio, mas ao mesmo tempo, a abertura para a experimentação de técnicas de reportagem, das formas de elaboração de mensagens, da edição, de maneira que consiga ser tradutor de linguagens para audiências amplas ou específicas. Como alerta Medina, o jornalista deve

interligar fragmentações, através da conquista de ferramentas de trabalho de amplo alcance e de códigos pluralistas, e não o retrocesso de platéias fechadas, incomunicadas com a maioria dos estratos sociais (MEDINA, 1982, p. 134).

Como sublinha a autora, como um agente cultural, ao jornalista cabe “[...] produzir narrativas atravessadas por contradições, embates de visões de mundo, incertezas e interrogações[...]” – não as “certezas” que o impele a acusar e julgar. Se sua legítima especialização é a de produzir sentidos, o uso de uma “[...] linguagem dialógica enfrenta não apenas a polifonia, mas a complexidade conflitiva dos diferentes.” (MEDINA, 2006, p. 81-82).

Por essas razões, o enfrentamento ao risco da especialização profissional requer o constante aperfeiçoamento técnico, intelectual, ético – a capacidade de refletir para agir.

4 Considerações finais

Ao reexaminar *O Compromisso do profissional com a sociedade*, proposto por Paulo Freire, a intenção não é retomar teorias como a da “Ação política” – na versão da esquerda – que contestavam a atuação da mídia como maneira unicamente de manutenção do *establishment*. Mesmo porque estas aludiam aos profissionais um papel “passivo”, uma vez que os consideravam, de certa forma, impotentes diante do poder instituído. Adelmo Genro Filho já havia refutado tais versões ao constatar que o jornalismo desempenha função muito maior que a contestação à hegemonia capitalista. Para ele, um de seus papéis relevantes é a produção social do conhecimento (GENRO FILHO, 1987).

O propósito, no entanto, é reconhecer que vivemos um momento de transição – na sociedade e no jornalismo – marcado pelo estado de indefinição com relação ao papel do profissional, como bem alertou Fábio Henrique Pereira. O quadro desenhado pelo pesquisador dá conta que esta identidade do jornalista se forma a partir de um duplo discurso – a fala humanista e a fala tecnológico-metodológica.

Do jornalismo artesanal ao jornalismo de mercado, realmente as empresas de comunicação estão reconfiguradas. Os modernos modelos de administração se preocuparam com a otimização de recursos, o que acarretou, de imediato, numa virtual profissionalização das redações e, certamente, as tornou mais enxutas. As chamadas novas tecnologias de informação – ferramentas importantes e aliadas na produção e divulgação do noticiário – muitas vezes, equivocadamente, constituem argumentos para a diminuição de quadros.

Essas novas tecnologias também promoveram avanços com a criação de novas plataformas para a disseminação de informações,

mais ágeis, dinâmicas, práticas para grande faixa de público. Assim também, tais tecnologias proporcionaram opções de convergência de mídias, que podem oferecer, com maior versatilidade, informações variadas, em menor tempo, com mais abrangência, conforme o gosto e a necessidade da audiência. Como decorrência, no entanto, pode-se averiguar que, quanto maior a agilidade e a eficiência desses “novos meios”, mais aumenta a pressa, o desejo pelo furo, a ansiedade por maior cobertura... maior concorrência... entre algumas outras consequências.

Esse quadro, muito rapidamente esboçado, nos leva a inferir algo preocupante: redações menores, todos com menor tempo para produção em alta escala... menos tempo para pensar.

Por outro lado, o sociólogo Octávio Ianni assinala o estabelecimento de um cenário que possibilita o aparecimento da mídia como o “príncipe eletrônico” (IANNI, 1998). Ele destaca alguns indícios que apontam para o “envelhecimento” dos antigos príncipes [Maquiavel] nas atuais condições históricas. Seriam eles:

- a) o processo de formação de uma sociedade civil mundial;
- b) o surgimento de novas tecnologias que agilizam os processos sócio-culturais e político-sociais em todo o mundo, e
- c) a emergência de uma nova configuração histórico-social da vida, trabalho e cultura.

O “príncipe eletrônico” subordina, recria e absorve ou simplesmente ultrapassa os outros príncipes. Como entidade hegemônica, expressa formas e visões alternativas do que acontece no mundo – seja com a postura humanizadora, solidária, ou a de déspota, que se vê no direito de acusar e julgar. Como salienta Ianni:

Ao lado das suas atividades pluralistas e democráticas, favorecendo o debate, a controvérsia e a mudança social em geral, é inegável que a mídia influencia mais ou menos decisivamente a integração, isto é, a articulação sistêmica de uns e outros, contingentes e idéias, em escala local, nacional, regional e mundial (IANNI, 1998)⁴.

E é justamente nesse contexto que aflora o grande e fundamental desafio – persistir no princípio, e na postura, da humanização, pela ação e reflexão sobre a realidade.

Os postulados de Paulo Freire são incisivos. As aspirações e os interesses globais da sociedade devem se sobrepor aos interesses de grupos, sejam políticos, econômicos ou pessoais. A defesa última de Paulo Freire em prol da resistência invoca o “projeto histórico” em permanente construção: “Fugir da concretização deste compromisso é não só negar-se a si mesmo como negar o próprio projeto nacional.” (FREIRE, 1983, p. 25).

Como argumento final, recorro a um pensamento de Me-

■
⁴ Documento eletrônico.

dina: “Na dura estratificação social, verdadeira muralha muitas vezes intransponível, o jornalista precisa cavar sua trincheira e avançar, gradativa e firmemente.” (MEDINA, 1982, p. 23). Por outras pala-vras, pessoalmente, assumo meu dever de persistir no compromisso aqui debatido. Senão com a imprudência do “peito aberto na linha de frente”, mas buscando as “brechas” do sistema geralmente fechado para, dia após dia, concretizar nosso projeto – de vida e profissional.

The social responsibility of the journalist and the thought of Paulo Freire

ABSTRACT

In this essay I plan to discuss some aspects of the journalist's social responsibility based on some of Paulo Freire's ideas. This concern comes from my understanding that journalism is not only a set of techniques, neither do I accept that a journalist plays the role of a simple news producer. To fulfill my intent, my starting point will be one of his most classical works, entitled “The commitment of the professional with society” and, through his thinking, I will reflect about certain dilemmas of a professional – and of the profession itself –, in addition to having dialogues with other contemporary thinkers who could contribute to the understanding of the subject.

KEYWORDS: Fundaments of journalism. Journalistic ethics. Social responsibility. Paulo Freire.

La responsabilidad social del periodista y el pensamiento de Paulo Freire

RESUMEN

En este trabajo, de carácter ensayístico, tengo la intención de discutir algunos aspectos acerca de la responsabilidad social del periodista a partir de algunas ideas de Paulo Freire. Esta preocupación tiene origen en mi entendimiento de que el periodismo no es un simple conjunto de técnicas, ni tampoco yo acepto el papel del periodista como un mero productor de noticias. En ese sentido, voy a tomar como punto de partida su texto clásico, “El compromiso del profesional con la sociedad” y, a través de su pensamiento, presentar la reflexión sobre algunos dilemas del profesional - y de la profesión -, así como establecer el diálogo con otros pensadores contemporáneos que puedan contribuir para la comprensión de la materia.

PALABRAS-CLAVE: Fundamentos del periodismo. Ética periodística. Responsabilidad social. Paulo Freire.

Referências

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969..

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Princípios internacionais da ética profissional no jornalismo**.

Disponível em: <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=455>> Acesso em: 13 abr. 2009.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994.

- CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. 2007.
Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf Acesso em: 13 abr. 2009.
- DINES, Alberto. **O Papel do jornal**: uma releitura. 2.ed. São Paulo: Summus, 1986.
- FREIRE, Paulo. O Compromisso do profissional com a sociedade. In: _____. **Educação e mudança**. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- IANNI, Octávio. O Príncipe eletrônico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., 1998, Caxambu. [Anais...] Caxambu, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/ianni.rtf>> Acesso em: 14 maio 2009.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Sociedade tecnológica**. São Paulo: Scipione, 1994.
- MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. **O Signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.
- PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado**: o jornalismo como profissão. Lisboa: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004a. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2009.
- _____. **De Gramsci a Ianni**: condições histórico-estruturais para a emergência do “intelectual jornalista”. Lisboa: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004a. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-de-gramsci-a-ianni.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2009.
- RUSSELL, Bertrand. **Ética e política na sociedade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. V.1.

Jorge Kanehide Ijuim

*Doutor de Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal de São Paulo (USP). Professor do Programa de Mestrado em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Email: ijuim@uol.com.br*